

MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

REVOLTA CIDADÃ PARA VENCER A AUSTERIDADE

A crise capitalista iniciada em 2007 persiste e o 1% mais rico impõe uma política austeritária e crescentemente conservadora, que agrava as desigualdades e alarga as áreas em guerra e os riscos para o planeta. A União Europeia (UE) é condenada pela liderança alemã a uma nova Grande Depressão, à estagnação e, a prazo, ao próprio desmembramento. Em Portugal, o capital corta salários e pensões, privatiza bens e serviços públicos, e procura reduzir a democracia à alternância de políticas semelhantes. O país precisa de uma revolta da maioria social contra a elite dominante e os seus políticos. Um pólo pelo fim da austeridade, pela democracia.

A IX Convenção é chamada a responder ao maior desafio que o Bloco enfrenta desde a sua fundação. A pressão austeritária sobre as pessoas reflete-se negativamente na atividade do partido. O Bloco tem debilidades próprias, acumulou derrotas eleitorais e perdeu apoio. Esta Convenção deve apontar um caminho alternativo para o país e isso só pode ser alcançado pelo debate mais profundo, capaz de recuperar a confiança e a iniciativa na construção da mais ampla alternativa social e política.

1. A SEGUNDA GRANDE DEPRESSÃO E O RISCO DE UM NOVO CRASH

1.1. A transformação da crise financeira em crise das dívidas soberanas, com o colapso da bolha imobiliária e o resgate público da banca, permitiu que a dívida fosse utilizada na chantagem para a imposição da austeridade. A transferência de rendimentos do trabalho para o capital assenta na diminuição do salário e das pensões, na precariedade e em altos níveis de desemprego, na privatização de serviços públicos e setores estratégicos, monopólios e bens naturais.

A atual depressão económica só é comparável à dos

anos trinta. O perigo de deflação marca a zona euro. O Banco Central Europeu persiste na injeção de liquidez no sistema financeiro enquanto recusa o financiamento dos Estados. A capacidade produtiva, o emprego e a procura continuam a cair, tornando possível um novo *crash* do sistema financeiro com riscos para a moeda única.

1.2. No Médio Oriente, a guerra generaliza-se a partir de tensões regionais antigas (a partição colonial, o longo genocídio na Palestina, o apoio das grandes potências às ditaduras locais) e mais recentes. Com a invasão do Iraque em 2003, o neoconservadorismo instalou o caos na região, alimentou o sectarismo religioso, a militarização e uma crise de refugiados permanente. O esmagamento das primaveras árabes reforçou regimes autoritários em vários países. Na Síria e no Iraque, a afirmação do chamado Estado Islâmico é a última expressão da barbárie. Não pode haver qualquer contemplação com esta força nem com os seus apoios externos, que devem ser objeto de sanções. A esquerda anti-imperialista recusa mais ações incendiárias na região e as formas de intervenção ilegítima que, como todas até agora, reforcem o extremismo religioso.

1.3. A guerra na Ucrânia serve a estratégia norte-americana de isolamento da Rússia. A escalada alimentada por Moscovo também reforça a NATO, facilitando a aproximação da Ucrânia à aliança belicista. A atuação da UE tem aumentado riscos e tensões. Só a escolha democrática do povo da Ucrânia e o respeito pela vontade expressa de todas as suas componentes, permitem uma saída pacífica e o respeito intercomunitário. O Bloco recusa uma leitura saudosista dos conflitos entre potências que se refere ao confronto entre dois "campos", um imperialista e outro anti-imperialista.

1.4. O aquecimento global é uma certeza científica sinalizada por fenómenos extremos. Uma vez mais, são os mais pobres que sofrem o maior impacto destas alterações. Mas o alerta desloca-se da mitigação das emissões para a adaptação às condições em mutação. A UE entrega recursos naturais à destruição privada, sob falsificações verdes como os créditos de

carbono, o abuso das hidroelétricas ou os agrocombustíveis.

O mundo é um local cada vez mais perigoso para os povos. Apesar da urgência do reforço da cooperação internacional, da desmilitarização e da ação comum ecológica, todos os fatores de crise concorrem para degradar a situação mundial. A esquerda internacional mantém viva a possibilidade de novas respostas globais e liga entre si as experiências de resistência à barbárie. O Bloco é um elo dessa corrente.

2. A UNIÃO EUROPEIA CONTRA OS POVOS

2.1. A UE consumou o processo de constitucionalização da austeridade. O desenvolvimento desigual condena a periferia europeia à concentração da riqueza na elite, a mais recessão, desemprego, precariedade e pobreza. O Euro, desenhado para facilitar a acumulação financeira no centro da Europa, sangra as economias periféricas. O Tratado Orçamental extingue qualquer soberania orçamental e impõe constrangimentos draconianos e permanentes. Ainda em negociação, o Tratado Transatlântico (TTIP) quer impor a desregulação dos mercados e reforçar as multinacionais, inclusive contra os Estados. A Comissão Europeia impediu a iniciativa cidadã StopTTIP e é um dos principais protagonistas deste tratado, que Portugal deve denunciar.

2.2. Os resultados das eleições europeias de 2014, com a elevada abstenção e o crescimento de novas forças de sinal reacionário, xenófobo e neo-fascista, demonstram a descrença numa UE que esmaga as soberanias populares. De igual modo, esses resultados sublinham que a esperança reside hoje nas forças de esquerda que, como em Espanha, na Grécia ou na Irlanda, assumem o confronto com as instituições europeias, rompendo com o centro político e a austeridade.

A UE é hoje a força regressiva dos seus tratados, o inverso da promessa de progresso social e solidariedade. O nascimento de um novo projeto europeu depende de uma mudança de regime, só possível pela desobediência à UE, a partir da iniciativa de cada povo subjugado à austeri-

dade e à ditadura da dívida. O único europeísmo vivo é hoje o da solidariedade entre os que, em cada país e nas redes europeias de movimentos, sindicatos, partidos e também no Parlamento Europeu, enfrentam o poder da UE em nome de uma alternativa comum.

3. PORTUGAL ESTÁ PIOR: TRÊS ANOS DE REGRESSÃO CIVILIZACIONAL

3.1. O governo da austeridade transformou Portugal. O PIB recuou 15 anos, os salários mais de uma década, o emprego duas décadas. Foram destruídos mais de meio milhão de postos de trabalho. Mais de metade das pessoas sem emprego não têm qualquer apoio social. A precariedade é a regra. Os serviços públicos, mais caros e inacessíveis, dão sinais de esgotamento. Foram privatizados setores estratégicos, monopólios e bens naturais. A pobreza cresce e anula as perspetivas de emprego dos mais jovens. O sofrimento social é ainda maior nos setores mais atingidos pela pobreza: infância e terceira idade, mulheres. A emigração supera os valores da década de 60 e a taxa de natalidade é a mais baixa de sempre, por efeito do empobrecimento e êxodo de portugueses e imigrantes, bem como da desproteção da parentalidade, que penaliza especialmente as mulheres. A desestruturação social configura um quadro propício a retrocessos como é o aumento da violência de género, fenómeno epidémico em Portugal.

3.2. O discurso da recuperação económica, repetido pelo governo, está desmentido. As exportações não se transformaram em motor da economia, não chegam sequer a superar sustentadamente as importações, e não há investimento. A dívida pública atingiu os valores mais altos de sempre - 134% do PIB - e, como prova o caso BES, o sistema financeiro é um risco maior.

Portugal foi submetido à doutrina do choque, com resultados devastadores. Esta é uma guerra social permanente, prolongada e com centro ofensivo em Berlim e na Comissão Europeia. Ela implica mais miséria e a subversão da Constituição e da democracia. Estes efeitos profundos convocam um sentido de urgência.

4. NO PAÍS DE ABRIL, UM NOVO LEVANTAMENTO SOCIAL É POSSÍVEL.

4.1. Há dois anos, a moção aprovada pela VIII Convenção era clara na sua prioridade: "a maior urgência é a resposta social". No fim do ciclo da troika e na abertura do ciclo do Tratado Orçamental, vale a pena olhar para as exigências que enfrentámos. Em 2011, a chantagem da bancarrota deixou a sociedade portuguesa perplexa. Combatida em tentativas anteriores - 15 de Outubro 2011, Primavera Global - essa perplexidade só termina na grande manifestação Que Se Lixe a Troika (QSLT), a 15 de Setembro de 2012.

4.2. Essa manifestação inicia o ano de mais intensas manifestações populares em democracia. Ainda em setembro de 2012, a CGTP manifesta-se no Terreiro do Paço, abrindo caminho para a greve geral de 14 de novembro, com correspondência noutros países do Sul europeu. No dia 2 de Março de 2013, a segunda manifestação QSLT sobe a parada da mobilização, com participações setoriais importantes. Sem que fosse percebida como tal, a crise política de julho é sobretudo o resultado desta escalada da mobilização (vd. carta de demissão de Vitor Gaspar). Mas a pressão europeia e o agenciamento de Belém impuseram a continuação do governo e instalaram um profundo de desalento. Apesar de lutas setoriais importantes, sobretudo vindas dos trabalhadores dos serviços públicos, a mobilização estagnou. Em todos estes momentos, o empenhamento dos ativistas do Bloco esteve presente.

4.3. A experiência extraordinária das manifestações QSLT não bastou para a afirmação de espaços descentralizados, abertos e territoriais para a organização da mobilização. Entre setembro de 2012 e março de 2013, faltou a unidade para avançar nesse sentido e mudar a qualidade da expressão da rejeição popular do governo da troika. Em vez disso, assistiu-se à desagregação de plataformas e à ausência de novos sujeitos. Da emigração forçada não resultou ainda uma expressão política do "exílio económico".

4.4. Este ciclo político foi marcado também por mobilizações setoriais importantes: a greve dos professores em 2013, um dos fatores de precipitação da crise política; as lutas na saúde, em particular dos enfermeiros e médicos; dos estudantes, com seis manifestações que obrigaram o governo a repor bolsas aos estudantes de famílias com dívidas; dos bolsiros e investigadores, que resistem à precarização do setor; dos estivadores, que ganharam o novo contrato coletivo e a reintegração de 47 trabalhadores; dos trabalhadores precários, que conseguiram mudanças na lei a partir da segunda iniciativa legislativa cidadã realizada em Portugal; das mulheres, contra a violência de género; das pessoas LGBT contra a discriminação; das populações em luta contra a extinção forçada de freguesias e contra o encerramento de tribunais, centros de saúde, correios e outros serviços essenciais. Dar continuidade a estas experiências é o nosso compromisso.

4.5. Para além da resistência e da luta social, o caminho também se fez de iniciativas centradas no diálogo e convergência da oposição. Se, nos encontros da Aula Magna, foi possível juntar vozes contra a austeridade e os ataques à Constituição, já antes, no Congresso Democrático das Alternativas, tal como na Iniciativa por uma Auditoria Cidadã, o debate em torno da necessidade da renegociação da dívida e da rotura com o Tratado Orçamental deu passos clarificadores. Estas iniciativas juntaram milhares de pessoas de todos os quadrantes da esquerda, incluindo militantes do PS, cuja direção se manteve, no entanto, distante. Esse alheamento tem uma base política profunda: a contradição entre o discurso e as escolhas reais do Partido Socialista.

Construindo a unidade contra a ofensiva austeritária, o Bloco participará, com renovado compromisso, em todos os esforços coletivos de imaginação e ação, elaboração de alternativas e mobilização para a luta. Sem um novo protagonismo popular ativo, não haverá a força para uma inversão de rumo.

5. UM BLOCO QUE RENOVE A IRREVERÊNCIA

5.1. O Bloco atravessa dificuldades que importa ultrapassar. É relevante analisar as que têm raiz nas próprias escolhas das direções políticas ao longo do tempo. A reabsorção da crítica alegrista pelo PS, depois de cinco anos de dissidência, diminuiu o Bloco, que investiu nessa fratura para uma nova relação de forças política. Num curto intervalo de tempo, em 2011, o apoio à candidatura de Manuel Alegre e a apresentação da moção de censura ao governo Sócrates surgiram, aos olhos de muitos, como decisões contraditórias e erráticas. Cremos, porém, que não se recupera a confiança de muita gente que acompanhou o Bloco criando hoje divergências internas num passado onde afinal houve consensos maioritários. O rumo estratégico do Bloco continua a passar pela conquista da maioria social: expressar o protesto, quebrar a base de apoio da alternância, polarizar à esquerda.

5.2. Outra dificuldade que enfrentamos é o peso esmagador da ação institucional na imagem do partido. Apesar do seu papel na resistência social à austeridade e contra o conservadorismo, o Bloco não conseguiu até agora crescer com a revolta dos que se manifestam, nem expressar o protesto de muitos que preferem abster-se. Pelo contrário, o partido surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O domínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um factor de institucionalização e normalização da imagem. Torna-se assim ainda mais premente a necessidade de uma maior diferenciação do discurso, de mais irreverência e de uma renovação do grupo parlamentar. O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite.

5.3. A nossa representação pública sofreu profundas transformações no último período, na sequência da substituição da coordenação anterior, momento que se sabia difícil. O Bloco propôs uma rotura com os modos da representação tradicionais e adoptou um modelo de coordenação paritário. Como era previ-

sível, nestes dois anos, muitas das dificuldades do partido foram analisadas à luz desta mudança, mesmo que não se tenham confirmado os prognósticos de divergências e contradições na nossa afirmação pública e apesar das virtualidades reveladas pelo modelo. O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade de género na sua representação. Nesta Convenção, fazemos um novo avanço no sentido da consagração da paridade como regra democrática e política da esquerda, estabelecendo-a em 50/50 na MN e na CP. Na coordenação, mantemos a coerência dessa escolha.

5.4. O Bloco continua a ter pouca implantação local e autárquica. Tem hoje centenas de eleitos locais, mas organizações com níveis desiguais de estruturação. Mesmo onde a intervenção autárquica é mais ativa e consistente, nem sempre é acompanhada pela intervenção que lhe pode dar impacto local, em campanhas e movimentos. Hoje já existem alguns bons exemplos que têm de ser aprofundados.

5.5. O Bloco tem estado preso a vícios centralistas e insuficiências na participação quotidiana dos seus aderentes. Para intensificar a democracia interna é fundamental uma aproximação entre os órgãos do Bloco e os aderentes, com debate em assembleia dos planos de trabalho, envolvendo militantes na iniciativa, na elaboração e na formação políticas. A Conferência Nacional dedicada às questões organizativas teve o mérito de levar o debate mais longe do que alguma vez tinha ido. Impõe-se agora concretizar, local e centralmente, as medidas ali decididas.

O Bloco renova-se na prioridade à mobilização social e na aprendizagem de novas formas de organização e intervenção. Reforça-se na descentralização do debate e da ação, na pluralidade de vozes em luta contra a austeridade.

6. UM PROGRAMA PARA ACABAR COM A AUSTERIDADE

6.1. O objetivo imediato do Bloco é o fim da austeridade. O investimento público para a criação de em-

prego sustentável e a recuperação dos rendimentos do trabalho e dos serviços públicos degradados requer um governo capaz de devolver à esfera pública os bens estratégicos privatizados. O controlo privado destes recursos - banca, energia, telecomunicações, transportes - não só diminui a capacidade de iniciativa do Estado, essencial a uma inversão de políticas, como desvia recursos e aumenta a vulnerabilidade do país.

6.2. Este objetivo depende de medidas concretas, de um caminho para acabar com a austeridade. A primeira medida deste programa é a renegociação da dívida pública e de toda a dívida externa, cujos valores são insustentáveis. Sem um forte abatimento no peso da dívida, manter-se-ão a drenagem de recursos para o exterior e a incapacidade de financiamento da economia. A par desta renegociação, deve iniciar-se a desvinculação do Tratado Orçamental. O núcleo do programa do Bloco completa-se com uma profunda reforma fiscal e com a nacionalização dos bens estratégicos. No caso da banca, o controlo público deve evitar a socialização das perdas e responsabilizar os acionistas e os potentados financeiros - os grandes credores da banca privada.

6.3. O Bloco empenha-se na resistência à revisão conservadora e antidemocrática da Constituição e da lei eleitoral. O PS acompanha o PSD na redução da representatividade do Parlamento, facilitando a bipolarização. Os círculos uninominais propostos por António Costa diminuem a representação, excluem a esquerda anti-austeridade e qualquer opinião minoritária. São um golpe contra a democracia e rompe as relações políticas estabelecidas pela Constituição desde 1976.

6.4. A recuperação do rendimento do trabalho depende de uma inversão de tendência no mundo laboral. Nos últimos anos, Portugal assistiu ao aumento da exploração, à destruição abrupta da contratação coletiva e à multiplicação de formas de precariedade (subemprego, trabalho temporário, programas ocupacionais) que permitiram, com a emigração, a ocultação da dimensão real do desemprego. O Bloco assume a centralidade do trabalho na resposta à crise: a redução do horário laboral para a criação de em-

prego implica o desenvolvimento da proteção legal dos trabalhadores e o fim da discriminação das mulheres, na lei e na prática.

6.5. Com a austeridade, avança também o conservadorismo e acentuam-se as discriminações. A resistência a essa agenda faz parte da identidade do Bloco, que deve investir na reanimação dos ativismos feministas, LGBT, anti-racistas, pelos direitos sexuais e reprodutivos e pelos direitos dos animais. Deve mobilizar-se para o movimento social em torno destes temas e reforçar a sua intervenção no parlamento e nas ruas. Destacam-se neste capítulo, a adoção plena por casais do mesmo sexo, a procriação medicamente assistida, alteração da lei da violação e a aplicação da lei da mudança de sexo, o fim da perseguição dos imigrantes, o combate à violência contra animais e o investimento em alternativas à experimentação animal.

6.6. A austeridade é um mecanismo de saque do território. Entre a procura de novos recursos energéticos não-sustentáveis, expansão de extração mineira (corrida ao ouro), concessões marítimas, expropriação urbanística (despejos a favor de fundos especulativos e pressão sobre as populações dos centros turísticos), a crise vende barato os recursos do país e rebaixa os padrões ambientais. A resposta à recessão não pode ser um regresso a um modelo de predação ambiental, incapaz de reformular padrões de consumo e focado num crescimento sem critérios ecológicos e sociais. Pelo contrário, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são indicadores essenciais. A valorização das pequenas e médias empresas e a reindustrialização do país impõem uma estratégia ecossocialista que combine planeamento e participação popular.

6.7. A austeridade despovoou o interior e gentrificou as cidades. O Bloco recusa a desestruturação territorial e o desinvestimento no interior. Defendemos a devolução de serviços públicos, o investimento no sistema de transportes, nomeadamente em meio rural, em particular os ferroviários, e o reforço do investimento e da democracia local.

6.8. A ciência e a cultura garantem a nossa capacidade de conhecer, pensar e criar alternativas. Estamos presentes no combate à sua mercantilização e precarização e empenhados no desenvolvimento de estratégias públicas de financiamento e apoio à investigação científica, preservação do património, difusão cultural e criação artística.

O Bloco será claro quanto ao seu objetivo imediato e quanto ao programa para o alcançar. Desafiámos para esta alternativa quem queira romper com a austeridade.

7. UM PÓLO UNIDO À ESQUERDA PARA DERROTAR A AUSTERIDADE

7.1. A aplicação do Tratado Orçamental coloca dois campos em confronto. O campo da alternância, formalizado em 2011 pelas direções do CDS, PSD e PS na assinatura do memorando, continua na submissão àquele Tratado e à dívida. Na oposição a qualquer governo deste campo, deve afirmar-se um pólo político de alternativa à austeridade. É nesse pólo à esquerda que o Bloco se situa.

7.2. Não há posição intermédia. A integração da esquerda no campo da alternância nunca permitiu qualquer avanço, como já demonstraram as alianças com partidos liberais e da austeridade - em Itália (Re-fundação Comunista no governo Prodi) ou na Grécia (Esquerda Democrática no governo da troika). Os socialistas governam a Alemanha com Merkel. Hollande e Renzi não enfrentam nem os mercados nem a Comissão Europeia. O Tratado Orçamental imporá cortes de 7000 milhões na despesa pública ao longo dos próximos três anos: não há recuperação de salários e serviços públicos. Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal. O Bloco não desiste.

7.3. O Bloco recusa novos sacrifícios em nome de um Euro que, como afirmámos na anterior Convenção, está na raiz da crise: "criou auto-estradas de capital de sentido único, da periferia para o centro". O Bloco

reitera assim a posição assumida nas eleições europeias e que é a base das nossas alianças na Europa. Contra a austeridade, a esquerda deve assumir todas as possíveis consequências do confronto com as instituições da UE. Este caminho alternativo pode resultar num rompimento com a união monetária.

7.4. Nas eleições presidenciais, o Bloco estará disponível para apoiar uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo anti-austeridade, pela desvinculação do Tratado Orçamental e pelo cumprimento da Constituição. O Bloco não exclui a possibilidade de apresentar uma candidatura própria.

É necessário um pólo político das forças que combatem a austeridade. Uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central. A esse pólo, é indispensável a cidadania independente, ativistas e movimentos sociais em oposição a qualquer governo submetido ao diktat europeu. Indispensáveis são também os partidos presentes nessa luta. Só essa unidade em bases programáticas claras pode conquistar força política, social e eleitoral, fraturar o campo da alternância e mobilizar atuais abstencionistas, para definir os desenvolvimentos futuros e a própria governação. Promover a formação e desenvolvimento deste pólo deve ser uma das prioridades da nossa acção política, a todos os níveis.

Onze desafios para a oposição e para a governação:

1. *Romper com a austeridade, repondo salários, pensões e subsídios.*
2. *Referendo para desvinculação do Tratado Orçamental.*
3. *Reestruturação das dívidas pública e externa.*
4. *Aumento do salário mínimo nacional.*
5. *Reforma fiscal, baixando impostos sobre trabalho e bens essenciais e taxando as grandes fortunas.*
6. *Recuperação dos serviços públicos essenciais, saúde, educação, segurança social.*
7. *Nacionalização do sistema bancário e dos recursos privatizados ou concessionados.*
8. *Revisão do código do trabalho, com devolução dos direitos e da contratação coletiva.*

9. *Combate à corrupção, pelo fim da promiscuidade entre política e negócios e pela criminalização do enriquecimento ilícito.*
10. *Democracia paritária, com igualdade de oportunidades e combate à violência de género.*
11. *Recusa das guerras do império e saída da NATO.*

8. UMA ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA, COM UMA DEMOCRACIA VIVIDA

8.1. O Bloco deve ter a marca genética democrática que anunciamos a toda a cidadania. Não pode existir apenas para si próprio, mas antes ser ágil e sensível ao conflito social. Deve assegurar a igualdade plena de todos os aderentes, quer pertençam ou não a tendências internas. As estruturas devem responsabilizar-se por planos de intervenção nas lutas. Em particular, no mundo do trabalho e nos seus movimentos, deve ser aprofundado o envolvimento nas lutas e a presença nos locais de trabalho.

8.2. Na juventude, o Bloco precisa de uma estratégia que combine enraizamento e capacidade de iniciativa. Para isso, deve ter acção política dirigida à juventude, responsabilizando-se por essa intervenção e pela afirmação do Bloco junto dos jovens. O Bloco deve manter também uma intervenção sistemática nas escolas e no movimento estudantil dando prioridade ao alargamento no secundário. Para isso, o Bloco elegerá, em Conferência Nacional convocada para o efeito, uma comissão coordenadora nacional de jovens e criará um grupo de trabalho para o movimento estudantil, composto por activistas estudantis, que forme rede activista e multiplique espaços de politização nas escolas e universidades.

8.3. É necessário corrigir o desequilíbrio de género na base do Bloco, estudando formas de aumentar a filiação de mulheres, bem como modos de organização (horários das reuniões, guarda das crianças, etc) e integração de novas militantes.

8.4. O Bloco deve manter uma profunda articulação com as organizações autónomas do Bloco, na Madeira e nos Açores, continuando a promover uma cultura

de defesa das autonomia política das mesmas. Já em 2015, disputaremos o regresso ao parlamento madeirense de um Bloco comprometido com a autonomia regional e com a luta da esquerda e, nos Açores, em 2016, estaremos unidos em torno do reforço da nossa representação no parlamento açoriano.

8.5. A concretização das propostas aprovadas na Conferência de Organização constitui uma exigência e um compromisso desta moção. Há outras mudanças urgentes a fazer, algumas das quais necessitam de alterações estatutárias que aprofundem a nossa democracia interna.

8.6. Todas/os os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações coletivas. Do núcleo de base até à Comissão Política (CP), todos os órgãos devem estar obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões. Todos os órgãos têm de ter um plano de intervenção, com objetivos claramente definidos, que estejam sujeitos a escrutínio e balanço regular. São passos elementares, mas decisivos para que uma participação efetiva.

8.7. A MN deve propor um estatuto dos funcionários que garanta que as escolhas são feitas com critérios predefinidos, transparência entre opções e participação direta dos órgãos envolvidos.

8.8. Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes será debatida e votada.

8.9. A MN pode convocar referendos internos sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós-eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais. A subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo. A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo. Referendos locais sobre decisões do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecerão também ao regulamento do referendo que a MN aprovará. Decisões tomadas em Convenção não são referendáveis.

8.10. É dado conhecimento às coordenadoras distritais da ordem de trabalhos da MN. Após cada reunião, o Correio da Mesa passa a ser publicado em bloco.org.

8.11. Se a presente moção e a lista que vai apresentar para a MN forem as mais votadas, os seus eleitos procurarão, junto de todas as moções presentes na MN, acordos de confiança e trabalho comum que definam uma CP de representação plural.

8.12. A coordenação é um debate e uma escolha da Convenção. A coordenação integra-se na MN e na CP, às quais está vinculada. A coordenação é paritária e, à luz da experiência dos últimos dois anos, terá funções diferenciadas. Se a lista apresentada por esta moção à MN for a mais votada, a coordenação será desempenhada pelos seus dois primeiros membros. Em nome da unidade política da representação do Bloco, os eleitos na lista desta moção não participarão em qualquer coordenação que resulte de arranjos entre moções políticas diferentes.

O Bloco precisa de uma estratégia de organização que sirva os combates políticos locais e nacionais, que vá muito além da presença institucional, que o enraíze socialmente e pratique uma democracia interna sem tutelas.

9. SOCIALISMO, ALTERNATIVA DE SOCIEDADE

9.1. O socialismo é a democracia toda, nas relações sociais, na vida pública, nos modos de vida, na economia. É o primado da política social contra a mercantilização da vida. É a alternativa que aprendeu com o desastre das experiências totalitárias do Leste e da Ásia e com a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo. O socialismo é a alternativa à predação social, económica e ambiental intrínseca ao capitalismo. O Bloco age pela abertura dos caminhos, nacionais e internacionais, para este novo regime social.

9.2. Em Portugal, a burguesia rentista é responsável pelas fragilidades da economia, pelo atraso e desigualdade extrema. A austeridade é uma decla-

ração de guerra da classe dominante. A sua derrota só pode ser imposta pela mobilização de milhões de pessoas. Da América Latina às primaveras árabes, a revolta cidadã é um fenómeno do nosso tempo.

9.3. Socialismo é o novo regime feito de todas as emancipações. Reestrutura a economia para acabar com a exploração do trabalho. Recusa os blocos militares, em nome de uma política de paz e prevenção de conflitos. Combate todas as relações de dominação, em todas as escalas. E faz-se proposta para hoje: justiça social, propriedade pública dos setores estratégicos, proteção dos recursos naturais, eficiência energética, acesso à água, energias renováveis, direitos dos animais. Enfrenta a ditadura do capital sobre o território, contra a segregação social nas cidades e pelo desenvolvimento rural e do interior.

9.4. Em contraste com o feminismo liberal e institucional, assumimos a herança feminista na luta de classes, o seu papel na transformação da vida das mulheres, em particular das mais desfavorecidas. Empenhamo-nos na procura de novas práticas sociais e de linguagem, ultrapassando discriminações.

9.5. Ampla mobilização e democracia plena são exigência das lutas desta década. A esquerda tem de saber participar nesses movimentos sociais, com respeito pelas suas dinâmicas e agendas, contribuindo para respostas concretas e afirmando uma alternativa de sociedade. A auto-organização e a solidariedade popular concorrem para a unidade, a cidadania e a emancipação do trabalho numa sociedade democrática e participada.

Em rotura com o sectarismo, o Bloco assume o legado histórico das revoluções populares, do pensamento e das lutas pela liberdade e do socialismo. No quotidiano, renova a esperança e a vontade de vencer o capitalismo.